



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANGELINA BEZERRA NETA

**UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO EM FINANÇAS DE ESTUDANTES DA
PARAÍBA COM BASE NA I OLIMPÍADA PARAIBANA DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA**

**JOÃO PESSOA
2018**

ANGELINA BEZERRA NETA

**UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO EM FINANÇAS DE ESTUDANTES DA
PARAÍBA COM BASE NA I OLIMPÍADA PARAIBANA DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador Prof.: Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena.

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N469e Neta, Angelina Bezera.

UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO EM FINANÇAS DE
ESTUDANTES DA PARAÍBA COM BASE NA I OLIMPÍADA PARAIBANA
DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA / Angelina Bezera Neta. - João
Pessoa, 2018.
59 f. : il.

Orientação: Prof Dr Wenner Glaucio Lopes Lucena.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação Financeira. Finanças. Alunos da Paraíba. I.
Lucena, Prof Dr Wenner Glaucio Lopes. II. Título.

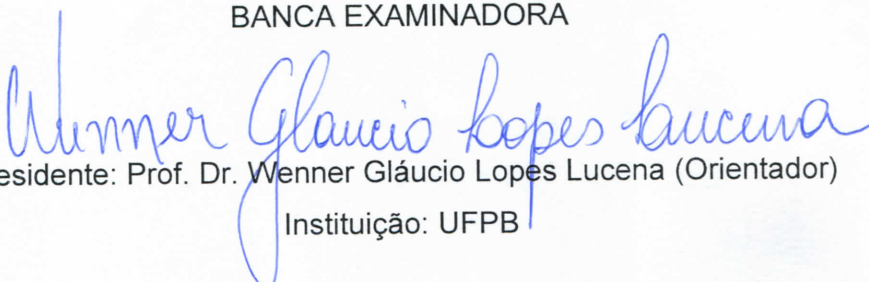
UFPB/BC

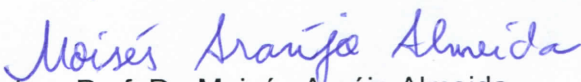
ANGELINA BEZERRA NETA

**UM ESTUDO SOBRE O CONHECIMENTO EM FINANÇAS DE ESTUDANTES DA
PARAÍBA COM BASE NA I OLIMPÍADA PARAIBANA DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena (Orientador)
Instituição: UFPB


Membro: Prof. Dr. Moisés Araújo Almeida
Instituição: UFPB


Membro: Prof^a Me. Danielle Karla Vieira
Instituição: UFPB

João Pessoa, 31 de Outubro de 2018.

*A Deus,
porque d'Ele, por Ele e
para Ele são todas as coisas.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o supridor de todas as necessidades do meu corpo e da minha alma, por me capacitar para vencer os obstáculos da vida, por agir onde a minha condição humana não me permite alcançar, e por seu imensurável amor, que nunca irá superar a condição de imerecido.

Ao meu pai, Antônio Duarte de Souza (*in memorian*), por ter sido o primeiro a carregar esse sonho e, dentro das suas possibilidades tão restritas, não ter medido esforços para realizá-lo. O senhor sempre será o maior exemplo de honra e de caráter que eu terei nessa terra.

À minha mãe, Maria Bezerra de Souza Duarte, pelo amor maternal, por mim e por meus irmãos, derramado todos os dias em forma de carinho, zelo, conselhos e advertências. A senhora é o reflexo do amor de Deus por mim.

Aos meus dez irmãos, pelo exemplo e companheirismo. Saibam que eu não trocaria nenhuma de nossas “brigas de irmãos” por uma vida sem vocês.

Ao meu namorado, Renaildo Mendes Ferreira dos Santos, por ser o meu melhor amigo e o meu maior apoio na realização desse trabalho e em todas as outras atividades curriculares e extracurriculares, e por ter se tornado o meu companheiro de lutas, de aventuras e de vida. Ninguém pode negar que você me acertou em cheio na cabeça e no coração.

À minha amiga, Ivna Regina dos Santos, por ter me oferecido ajuda em todos os momentos que precisei, em especial, na coleta de dados desse trabalho e pelos sorvetes consoladores após o recebimento de notas baixas.

Ao meu sobrinho, Alex Zacarias Duarte, por ter me auxiliado, sempre de bom humor, nas atividades do projeto de extensão e por sua pequena e significativa ajuda na realização desse trabalho.

Ao meu cunhado, Igor Viana Ribeiro, por ter me auxiliado com o transporte das provas para realização da coleta dos dados.

À minha professora e amiga, Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo, por todos os *e-mails* respondidos, pela boa vontade, pela preocupação com a minha saúde e pelos conselhos tão valiosos. Planejo uma viagem nossa à Milão e que lá nós possamos encontrar roupas para o “nosso tamanho”.

Ao meu orientador, Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena, por ter me incentivado e apoiado na construção desse trabalho, por todo o acompanhamento,

disponibilidade, paciência, competência e pela oportunidade de participar do seu projeto de extensão e realizar essa pesquisa.

Ao projeto de extensão “Educação Financeira Para Toda a Vida” pela iniciativa e por todas as experiências vivenciadas dentro e fora da universidade.

A todos que de alguma forma colaboraram com esse trabalho e ao longo da minha caminhada universitária.

*“Se você acha que a educação é cara,
experimente a ignorância.”
(Benjamin Franklin)*

RESUMO

A educação financeira tornou-se um assunto relevante no Brasil e no mundo por se tratar de algo fundamental para o controle e a saúde das finanças dos indivíduos, sendo necessário educar-se o mais cedo possível. Nessa perspectiva, o presente trabalho buscou analisar o nível de educação financeira dos alunos do Estado da Paraíba com base na I Olimpíada de Educação Financeira. As provas foram realizadas em 2017 e a pesquisa contou com uma amostra total de 1.544 provas, nas quais foram analisadas diversas variáveis referentes aos participantes. A pesquisa foi dividida em três blocos: o primeiro refere-se ao perfil pessoal do aluno; o segundo, ao desempenho dos grupos identificados e o terceiro ao conhecimento em temas associados à educação financeira. A partir da análise dos resultados observou-se que a maioria dos participantes são alunos mais jovens e, portanto, tratam-se dos mais interessados na temática, com uma irrelevante variação entre os gêneros. Em relação ao desempenho, os alunos da rede privada obtiveram melhor resultado que os da rede pública, dentre os quais destacam-se aqueles com idade entre 6 e 7 anos, o gênero se manteve com uma variação insignificante, e a média dos níveis 1, 2, 3, 4 e 5 alcançou um percentual de 61,5% classificado como um bom resultado. Todavia, foram identificadas discrepâncias significativas em determinados aspectos, o que implica que os alunos possuem níveis de educação financeira diferentes, uns de forma satisfatória e outros não. Quanto ao nível de conhecimento dos alunos nos temas relacionados à educação financeira abordados na olimpíada, este é considerado baixo. Finalmente, de modo geral, a partir dos resultados apurados, apesar de pontos positivos destacados em casos específicos, o nível de educação financeira dos alunos da Paraíba é considerado baixo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Finanças. Alunos da Paraíba.

ABSTRACT

Financial education has become a relevant subject in Brazil and in the world because it is fundamental to the control and health of individuals' finances and it is necessary to educate themselves as soon as possible. In this perspective, the present work sought to analyze the level of financial education of the students of the State of Paraíba based on the I Olympiad of Financial Education. The tests were carried out in 2017 and the survey had a total sample of 1,544 tests, in which several variables were analyzed referring to the participants. The research was divided in three blocks: the first one refers to the personal profile of the student; the second, to the performance of the groups identified and the third to knowledge on issues associated with financial education. From the analysis of the results it was observed that the majority of the participants are younger students and, therefore, they are those most interested in the subject, with an irrelevant variation between the genders. Regarding performance, the students of the private network obtained a better result than those of the public network, among which the ones with the age between 6 and 7 years stand out, the gender remained with an insignificant variation, and the average of levels 1, 2, 3, 4 and 5 reached a percentage of 61.5% classified as a good result. However, significant discrepancies have been identified in certain aspects, which implies that students have different levels of financial education, some satisfactory and others not. As for the students' level of knowledge in the topics related to financial education addressed in the Olympiad, this is considered low. Finally, in general, based on the results obtained, despite the positive points highlighted in specific cases, the level of financial education of Paraíba students is considered low.

Keywords: Financial Education. Finance. Students from Paraíba

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 – Edital da I OPEF nº 02/2017	32
Tabela 1 – Perfil dos alunos que realizaram a I OPEF	38
Tabela 2 – Relação participação por faixa etária e fase	39
Tabela 3 – Relação participação por gênero e fase	40
Tabela 4 – Relação participação por ensino e fase	40
Tabela 5 – Desempenho dos alunos no nível 1 da 1ª fase	41
Tabela 6 – Desempenho dos alunos no nível 2 da 1ª fase	42
Tabela 7 – Desempenho dos alunos no nível 3 da 1ª fase	43
Tabela 8 – Desempenho dos alunos no nível 4 da 1ª fase	44
Tabela 9 – Desempenho dos alunos no nível 5 da 1ª fase	45
Tabela 10 – Desempenho dos alunos no nível 1 da 2ª fase	46
Tabela 11 – Desempenho dos alunos no nível 2 da 2ª fase	47
Tabela 12 – Desempenho dos alunos no nível 3 da 2ª fase	48
Tabela 13 – Desempenho dos alunos no nível 4 da 2ª fase	49
Tabela 14 – Desempenho dos alunos no nível 5 da 2ª fase	50
Tabela 15 – Conhecimento dos alunos por assunto	52
Tabela 16 – Desempenho em questões por ensino	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CNE	Conselho Nacional de Educação
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EEBAS	Escola de Educação Básica
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base Nacional
MEC	Ministério de Educação
MF	Ministério da Fazenda
MJ	Ministério da Justiça
OPEF	Olimpíada Paraibana de Educação Financeira
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problema de Pesquisa	14
1.2	Objetivos	14
1.2.1	Objetivo Geral	14
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	Justificativa	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	Educação Financeira	18
2.1.1	Evolução Histórica	18
2.1.2	Conceito de Educação Financeira	20
2.1.3	Educação Financeira como Tarefa da Família e da Escola	21
2.2	A Educação Financeira no Brasil	22
2.2.1	A Evolução da Educação Financeira no Brasil	23
2.2.2	A Educação Financeira segundo o Ordenamento Jurídico Brasileiro	24
2.2.3	A Educação Financeira no Cenário Brasileiro Atual	27
2.3	Projeto de Extensão da UFPB: Educação Financeira Para Toda a Vida	29
2.3.1	História do Projeto	29
2.3.2	Estrutura do Projeto	30
2.3.3	I Olimpíada de Educação Financeira da Paraíba – OPEF	31
3	METODOLOGIA	34
3.1	Tipologia de Pesquisa	34
3.2	Procedimentos Metodológicos	35
3.3	População e Amostra	36
3.4	Delimitação do Estudo	36
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

Na presente conjuntura social, política e econômica, a Educação Financeira é um assunto relevante e atual para todas as idades e classes sociais. A estabilidade econômica, a introdução da economia no cenário mundial e as mudanças no sistema previdenciário marcaram o cenário brasileiro, emergindo um novo comportamento financeiro nos indivíduos e em suas famílias (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

Sob outra perspectiva, a Educação Financeira no Brasil ainda encontra-se em um estágio incipiente e não há nenhuma referência esclarecedora e concreta acerca do assunto (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006). Percebe-se, portanto, que ausência da prática da Educação Financeira continua sendo um problema a ser combatido no Brasil, fazendo-se, assim, necessário o maior levantamento possível de estudos sobre a temática.

Diariamente, crianças, jovens e adultos, na realização de suas atividades diversas, encontram-se em situações diretamente ligadas à Educação Financeira. Comprar ou abster-se de uma compra; efetuar um pagamento à vista ou a prazo; e decidir onde e como investir, são exemplos de escolhas habituais na vida das pessoas, mas que precisam ser tomadas corretamente e, para tal, é necessário que se tenha algum conhecimento sobre Educação Financeira. Jubini, Balbino e Bessa (2017) corroboram ao afirmarem que a habilidade acompanhada de certo conhecimento financeiro auxiliam as pessoas a realizarem escolhas e tomarem decisões financeiras de forma mais conscientes.

Compreende-se, pois, que uma sucessão de escolhas mal feitas, inclusive em operações triviais, pode gerar situações desagradáveis no presente e até grandes problemas futuros. Nesse contexto, a Educação Financeira vem ganhando relevância, haja vista diversas ações do cotidiano de qualquer indivíduo, complexas ou não, estão encadeadas ao assunto.

Tem-se, portanto, como referência o entendimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), segundo o qual, a Educação Financeira pode ser definida como o processo por meio do qual os indivíduos conseguem aprimorar a sua compreensão quanto aos produtos financeiros, seus conceitos e riscos neles envolvidos, de forma que, com informação e recomendação esclarecidas, venham a desenvolver habilidades necessárias para

a conscientização e, posteriormente, poderem fazer escolhas embasadas, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Apesar da importância da Educação Financeira, estudos apontam que a sua prática ainda encontra-se longe da realidade de muitos brasileiros. De acordo com um relatório divulgado pela OCDE (2016), o nível de letramento financeiro é baixo no mundo inteiro e o Brasil encontra-se 1,2 pontos percentuais abaixo da média mundial. O consumo desenfreado e a falta de planejamento apresentam-se como os grandes vilões no controle das finanças.

Partindo da ciência de que o Brasil é um país marcado por um analfabetismo financeiro, é indiscutível que as famílias, em sua maioria, não possuem a cultura de um planejamento financeiro doméstico, por conseguinte, deparam-se diariamente com contratempos em suas finanças. Corroborando com este pensamento, a OCDE (2016) divulgou em sua pesquisa que poucas famílias brasileiras têm o hábito de elaborar orçamento, realizar pesquisas de preços e buscar aconselhamento financeiro.

Semelhantemente, as escolas, grandes responsáveis pela educação básica, ainda encontram-se despreparadas e não oferecem um estudo voltado a questões financeiras, criando-se, portanto, uma grande lacuna na carreira educacional dos alunos. Ocorre que, a escola atua no ensino de educação financeira por meio de algumas disciplinas que abordam conteúdos relacionados ao tema, todavia, ainda existem aquelas que não abordam o tema sob nenhuma forma, multidisciplinar e transversal (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2015).

É importante destacar, contudo, o avanço alcançado mediante a homologação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Ministério da Educação (MEC), que torna obrigatória a abordagem da Educação Financeira no ensino básico, compreendendo o ensino infantil e fundamental (BNCC, 2017).

Nessa perspectiva, o projeto de extensão intitulado “Educação Financeira Para Toda a Vida”, da Universidade Federal da Paraíba, trabalha por meio de diversas atividades, envolvendo educação, serviço, cultura e lazer, com a finalidade de conscientizar as pessoas sobre a importância de terem controle nas suas finanças e despertá-las para que comece o quanto antes a se educarem financeiramente.

Na busca pelo alcance de seu objetivo primordial, o projeto desenvolve atividades interna e externamente, de modo que não só os discentes da Universidade, mas toda a sociedade, especificamente o município de João Pessoa, se beneficie. Em 2017, o projeto ampliou o seu trabalho e realizou a I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (OPEF) alcançando crianças e jovens, de escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba.

É oportuno esclarecer que as provas da Olimpíada são divididas em 5 (cinco) níveis, a saber: o nível 1 compreende os alunos do 1º ao 2º ano do ensino fundamental; o nível 2, alunos do 3º ano ao 5º ano; o nível 3, alunos do 6º ano ao 7º ano; o nível 4, alunos do 8º ano ao 9º ano; e o nível 5, alunos do 1º ano ao 3º ano do ensino médio.

1.1 Problema de Pesquisa

Diante desse contexto, é importante problematizar em que medida as crianças e jovens estão conscientizados acerca da temática, tendo em vista que o assunto é de grande relevância para todas as faixas etárias e encontra-se cada dia mais assíduo, entretanto, ainda se refere a um problema a ser combatido no Brasil.

Assim sendo, o problema de pesquisa tem foco na seguinte questão: **Qual o nível de Educação Financeira dos estudantes das escolas paraibanas que realizaram a I OPEF?**

O estudo tem como base a I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira, compreendendo alunos do ensino fundamental e médio, de escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba.

1.2 Objetivos

Na busca pela resolução do problema de pesquisa elaborado, foram traçados o objetivo geral e cinco objetivos específicos, expostos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar qual o nível de conhecimento sobre Educação Financeira dos estudantes do Estado da Paraíba.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Traçar o perfil dos estudantes que participaram da I OPEF;
- Apresentar uma comparação entre os alunos de acordo com a faixa etária;
- Examinar o desempenho dos alunos de acordo com cada nível da olimpíada;
- Avaliar o conhecimento financeiro dos estudantes acerca dos temas vinculados à educação financeira;
- Identificar possíveis diferenças entre os alunos das escolas públicas e das escolas privadas.

1.3 Justificativa

Desde a infância, seja por aptidão ou interesse financeiro, as pessoas são motivadas a sonharem com uma carreira profissional por meio da qual elas obterão sua estabilidade financeira. O fato é que elas aprendem muito cedo a desejar e, posteriormente, trilhar o caminho que as levará ao ganho de dinheiro, no entanto, não são previamente treinadas a lidar com suas finanças de forma correta, por não possuírem educação financeira.

Segundo Karsaklian (2004), a publicidade é a grande contribuinte na formação de jovens consumistas e as empresas são cientes da capacidade das propagandas em atrair esses consumidores. Dessa forma, é importante destacar que, em um mundo cada vez mais globalizado, as pessoas têm a tecnologia a seu alcance de forma demasiadamente precoce e, mediante isto, encontram-se em um cenário de grande risco por serem vulneráveis as inúmeras ofertas de compra que chegarão até elas.

O capitalismo, por sua vez, continua impulsionando veementemente ao consumo, de forma que, sem educação financeira e com a facilidade oferecida pela tecnologia, as pessoas passam a gastar mais cedo e em excesso, gerando, assim, grandes problemas financeiros.

Nesse sentido, Kistemann Jr. (2012) ressalta a importância em compreender a Educação Financeira e os seus conceitos no tocante ao consumo e as habilidades

necessárias para que os consumidores tenham coerência em suas decisões, de modo que não venham a tornarem-se vítimas do mercado orientado pelos princípios capitalistas.

Com efeito, existe uma evidente insegurança em torno das pessoas que não possuem educação financeira e, portanto, é de grande relevância desenvolver pesquisas que abordem a temática, com o propósito de promover conhecimento à sociedade de um modo geral, haja vista que todos estão vulneráveis a problemas financeiros e, por conseguinte, trata-se de um assunto favorável a todos.

No âmbito acadêmico, o Curso de Ciências Contábeis dispõe de disciplinas com temas vinculados a educação financeira que podem auxiliar aos alunos no uso adequado de seus recursos financeiros e econômicos (VERDINELLI; LIZOTE, 2014). Nesses termos, presume-se que os profissionais da área Contábil possuem conhecimentos técnico-profissionais acerca da temática.

Ocorre que, segundo Lana et al. (2014), apesar de possuírem formação acadêmica satisfatória para sua alfabetização financeira, os alunos concluem o curso sem um conhecimento claro em finanças, e, portanto, não entendem de aplicações financeiras, poupança, aposentadoria, previdência, investimento em ações, entre outros.

Verdinelli e Lizote (2014, p. 2) explanam em seu estudo que ao longo dos anos diversas pesquisas, como “as de Danes e Hira (1987)¹, Volpe, Chen e Pavlicko (1996)², Chen e Volpe (1998)³, Avard et al. (2005)⁴, Volpe, Chen e Liu (2006)⁵, Robb e Sharpe (2009)⁶ e de Mandell (2008)⁷”, comprovaram a falta de conhecimento dos graduados a respeito de finanças. De pronto, torna-se claro que não se trata de um problema eventual e que está diretamente relacionado aos estudantes do Curso de Ciências Contábeis.

¹ Ver DANES, S. M.; HIRA, T. K. Money management knowledge of college students. **Journal of Student Financial Aid**, v. 17, n. 1, p. 4-16, 1987.

² Ver VOLPE, R. P.; CHEN, H.; PAVLICKO, J. J. Personal investment literacy among college students: a survey. **Financial Practice and Education**, v. 6, n. 2, p. 86-94, 1996.

³ Ver CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

⁴ Ver AVARD, S. et al. The financial knowledge of college freshmen. **College Student Journal**, v. 39, n. 2, p. 321-338, 2005.

⁵ Ver VOLPE, R.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. **Financial Services Review**, v. 15, p. 81-98, 2006.

⁶ Ver ROBB, C. A.; SHARPE, D. L. Effect of personal financial knowledge on college students' credit card behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 1, p. 25-40, 2009.

⁷ Ver MANDELL, L. **The financial literacy of young American adults: Results of the 2008 national JumpStart Coalition survey of high school seniors and college students**. Disponível em: <<http://www.jumpstart.org/assets/files/2008SurveyBook.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Agora, é relevante observar, conforme Marion (2009), que o surgimento da Contabilidade se deu a cargo da necessidade que os proprietários encontravam em mensurar, controlar e acompanhar as mudanças de seu patrimônio. Posteriormente, a Contabilidade torna-se um instrumento capaz de fornecer informações e auxiliar seus usuários a tomarem decisões.

Iudícibus (2010, p. 40), de maneira mais notória, acerca do patrimônio como objeto de estudo da Ciência Contábil, ressalta a relação entre Contabilidade e Educação Financeira:

A Contabilidade não deixa de desempenhar seu papel de ordem e controle das finanças também no caso dos patrimônios individuais. Frequentemente, as pessoas esquecem-se de que alguns conhecimentos de Contabilidade e Orçamento muito as ajudariam no controle, ordem e equilíbrio de seus orçamentos domésticos.

Nesse horizonte, a educação financeira e a Contabilidade não se relacionam apenas por fragmentos, uma vez que possuem objetivos essenciais semelhantes. Por um lado, a Educação Financeira é um fim e a Contabilidade é uma poderosa ferramenta de auxílio ao alcance do desfecho, ao passo que a capacitação e o conhecimento em finanças são instrumentos fundamentais para a Contabilidade e sua aplicabilidade.

Diante desse contexto, ressalta-se a importância em abordar a temática da pesquisa, reconhecendo a sua relevância para os estudantes da área Contábil, no tocante ao exercício das suas atividades profissionais, de forma que ao exercerem sua profissão encontrem-se preparados para tal ofício.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste trabalho encontra-se dividida em três capítulos nos quais são discutidos assuntos relevantes acerca da temática, conforme especialistas da área.

O primeiro capítulo aborda como se deu a evolução da Educação Financeira ao longo dos anos, seus conceitos sob a visão de diversos autores, e a importância do trabalho em conjunto entre a família e a escola para o seu ensinamento.

O segundo capítulo detalha as mudanças no cenário econômico Brasileiro que ocasionaram a evidenciação da Educação Financeira no país, as leis e os projetos nacionais que tratam da temática, e como a Educação Financeira do Brasil encontra-se atualmente.

O terceiro capítulo descreve a história e a estrutura do projeto de extensão responsável pela realização da I OPEF em 2017, a qual foi tomada como base para a realização desta pesquisa.

2.1 Educação Financeira

A educação continua sendo uma ferramenta poderosa para transformar a vida das pessoas, seja no sentido intelectual, moral, profissional ou financeiro. Para Verdinelli e Lizote (2014, p. 4), a “educação envolve os indivíduos em um processo de ensinar e aprender, e, com isso, melhoram e aprofundam conhecimentos”.

Nessa perspectiva, a educação financeira vem ganhando relevância desde a sua prática no âmbito familiar, entre pais e filhos, até decisões jurídicas a respeito de sua importância em sala de aula, e, ainda, em pesquisas a nível mundial sobre como as pessoas se comportam diante das suas finanças.

2.1.1 Evolução Histórica

Desde a antiguidade as relações humanas são regidas por meio de trocas, uma vez que, cada indivíduo nasce e, de forma imediata e natural, desenvolve interesses pessoais. Tendo em vista que muitos recursos são escassos enquanto algumas necessidades são ilimitadas, o homem acumulava alimentos, vestimentas,

utensílios, animais e realizava trocas em busca de benefício individual e coletivo (SILVA; LUIZ, 2010).

De acordo com D'Aquino (2008), no decurso da história, diversos objetos e utensílios foram utilizados como forma de pagamento. Assim sendo, antes que existisse a moeda, o homem já realizava operações de compra e venda praticando a atividade definida como escambo.

O escambo, por sua vez, oferecia uma situação desfavorável para alguns negociadores, visto que nem sempre havia reciprocidade e o possuidor do bem desejado não tinha interesse no bem ofertado. Dessa forma, surgia o obstáculo das condições de armazenamento e proteção das mercadorias.

Ocorre que, segundo D'Aquino (2008), houve a necessidade de substituir essas mercadorias por outros materiais que pudessem ser estocados sem perigo de perda da matéria e de valor. Em vista disso, surgiram os metais (ouro, prata, bronze e cobre) e passaram a ser usados como nova medida de troca para pagamentos. Em arremate, os metais passaram a ser derretidos e moldados até que surgiram as primeiras moedas de metal, feitas com uma liga natural de ouro e prata chamada eletro (D'AQUINO, 2008).

O surgimento dos bancos, segundo Casa da Moeda do Brasil (2015), se deu após a origem das moedas, atendendo a necessidade de mantê-las em segurança. Dessarte, os negociantes de ouro e prata que dispunham de cofres guardavam as moedas de seus clientes e a atividade era controlada por meio da entrega de recibos referentes aos valores que os clientes tinham guardado.

Dar-se que, por serem tidos como mais seguros de portar, os possuidores de recibos passaram a usá-los como forma de pagamento, surgindo, assim, as primeiras cédulas de papel-moeda, enquanto os negociantes "guardadores de moedas" davam origem às instituições bancárias (CASA DA MOEDA DO BRASIL, 2015).

Perceptivelmente, à medida que a forma de pagamento evoluía, as operações comerciais se desenvolviam e o movimento financeiro tomava proporções maiores. Por conseguinte, o planejamento e o controle das finanças faziam-se cada dia mais necessários para as entidades, se estendendo ao âmbito familiar, ao passo que a importância da Educação Financeira crescia de maneira harmônica.

2.1.2 Conceito de Educação Financeira

Na busca por uma melhor compreensão sobre educação financeira e a sua importância na vida dos agentes econômicos, é necessário um maior esclarecimento acerca de sua definição.

Preliminarmente, é importante esclarecer que, segundo Modernell (2014), a Educação Financeira não se trata igualmente das disciplinas já conhecidas na escola ou na faculdade, não se resume a uma simples linguagem acerca de economia e finanças e muito menos a uma forma de enriquecer com facilidade ou uma habilidade por meio da qual se reduz endividamento e consumo.

Assim sendo, de acordo com Modernell (2014), a educação financeira pode ser definida como a capacidade em executar o planejamento e a gestão dos recursos financeiros pessoais com base em um conjunto de conhecimentos adquiridos e posicionamentos adequados.

É oportuno esclarecer também que, a educação financeira não está relacionada ao acúmulo de riquezas e fascínio ao dinheiro, e, portanto, não se refere a um atalho por meio do qual as pessoas buscam alcançar o enriquecimento com maior facilidade (MODERNELL, 2014).

Verdinelli e Lizote (2014), por sua vez, definem educação financeira como uma ferramenta por meio da qual busca-se adquirir conhecimentos fundamentais que possam auxiliar o indivíduo a gerenciar as suas finanças de forma coerente, oferecendo base nas tomadas de decisões quanto ao uso dos recursos disponíveis no momento, sem deixar de visar o futuro.

Baseado no entendimento de Verdinelli e Lizote (2014), que não só explana a respeito da educação financeira e a importância em praticá-la no hoje, como também destaca o fato de que é necessário visar o futuro, é perceptível que a prática ou ausência da educação financeira gera reflexos positivos ou negativos no porvir, e, portanto, não se trata apenas de um meio de controle das finanças, mas também de uma medida preventiva.

É forçoso considerar que, quando se fala em prevenção, emerge simultaneamente alerta da necessidade de que esta comece antecipadamente, reduzindo, assim, as futuras possibilidades de situações insatisfatórias. Nesse sentido, é imprescindível que as pessoas desenvolvam a prática da Educação Financeira o mais cedo possível.

2.1.3 Educação Financeira como Tarefa da Família e da Escola

A sociedade primitiva não possuía os mecanismos necessários para realizar a educação de forma pedagógica e durante muito tempo a tarefa de educar manteve-se restrita à família. Segundo Craidy e Kaercher (2007), era no convívio com os adultos que a criança aprendia a dominar os conhecimentos necessários para enfrentar as exigências da vida adulta e a praticar as tradições relevantes para o seu povo, buscando se adequar ao corpo social.

Observa-se que a educação sempre foi um caminho por meio do qual os pais buscam estimular a criança a desenvolver sua personalidade, exercer uma profissão quando adulto e tornar-se um indivíduo produtivo e capacitado às exigências da sociedade.

Nesse contexto, Rocha (2008, p. 13), destaca que “quando o indivíduo tem as finanças em ordem, ele [...] enfrenta melhor as adversidades. E isso ajuda não só na vida financeira, mas também nos aspectos familiares”. Esse entendimento implica que educação financeira é um assunto relevante no âmbito familiar e, por conseguinte, deve ser passado de pais para filhos.

Na nova estrutura social, a educação passa a ser de empírica a pedagógica e o ofício do ensino, que antes era de inteira responsabilidade da família, passou a ser compartilhado com as escolas. Nesse horizonte, Souza (2009, p. 17), ao discutir a relação entre os ambientes, aclara que “a escola é para a sociedade uma extensão da família, porque é por meio dela que a sociedade consegue influência para desenvolver e formar cidadãos críticos e conscientes”.

A educação financeira, por sua vez, é múltipla em temáticas associadas e, por conseguinte, o âmbito escolar oferece uma oportunidade valiosa para promover discussões entre os alunos acerca das questões trabalhadas em sala de aula e suas experiências financeiras do dia a dia. Dessa forma, é de extrema importância que os professores não restrinjam o assunto às famílias e o debatam com os alunos em sala de aula (D’AQUINO, 2008).

É preciso, contudo, compreender a importância da família na construção da educação financeira das crianças. Conforme D’Aquino (2008), os pais devem se dedicar à educação financeira mesmo que as escolas ensinem as crianças sobre como se deve lidar com o dinheiro.

Nesse mesmo horizonte, a autora esclarece que “as bases do modelo financeiro são construídas por volta da idade de 5 anos” e, portanto, os pais têm papel fundamental na educação financeira dos seus filhos (D’AQUINO, 2008, p. 11).

Assim sendo, os pais qualificam-se os professores com maior capacidade em otimizar a educação de uma criança no contexto financeiro. O seio familiar é um meio bastante favorável para instruir os filhos acerca de orçamento doméstico, a fazer economia e evitar desperdícios, a controlar gastos, gerenciar as mesadas, entre outros. Além disso, o diálogo é essencial para o comprometimento das crianças com a disciplina financeira.

É importante destacar que a influência no desenvolvimento da educação financeira de uma criança se dá por meio da comunicação, tanto verbal quanto não verbal. Dessarte, a criança irá observar e, possivelmente, reproduzir o comportamento dos pais. D’Aquino (2008) corrobora ao afirmar que o modo como as pessoas manejam sua vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouviram ou deixaram de ouvir, do que viram ou deixaram de ver seus pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro.

Apesar de compreenderem a importância da educação financeira infantil, alguns pais ainda encontram dificuldade em falar a respeito de dinheiro com os filhos. Trata-se de um assunto que demanda muita paciência e persistência dos pais ao lidar com a questão, e deve ser levado muito a sério, visto que seu embasamento servirá para a vida toda da criança (D’AQUINO, 2008).

Com efeito, a educação financeira dos pais e o seu ensino às crianças é um dos fatores fundamentais a fim de garantir melhor qualidade de vida hoje, conforto no futuro, uma vida financeira saudável e equilibrada. Conjuntamente, a escola deve abordar a temática em sala de aula, de forma que quanto maior for à participação da família, mais eficaz será o trabalho da escola.

2.2 A Educação Financeira no Brasil

Assim como no cenário internacional, a Educação Financeira tem ganhado destaque no Brasil como um assunto relevante na vida das pessoas, e, por conseguinte, conquistado espaço no âmbito familiar e escolar do país.

Nessa perspectiva, o Brasil tem avançado por meio da elaboração de leis e projetos que tratam da temática, reconhecendo a necessidade de sua abordagem em sala de aula, bem como a sua importância para todos brasileiros.

2.2.1 A Evolução da Educação Financeira no Brasil

A história da economia brasileira é marcada por um momento demasiadamente crítico. A razão disso pode ser explicada pelas diversas mudanças da moeda e, por conseguinte, a inflação em alta.

Entre os anos 1942 e 1994, as moedas brasileiras subsistiram por breves períodos de circulação. De acordo com o Banco Central (BACEN), o Brasil sofreu oito mudanças de moedas em 52 anos (BACEN, 2018).

A esse respeito, D'Aquino (2008) destaca que, do total de mudanças ocorridas, seis aconteceram no intervalo de apenas vinte anos. Assim sendo, a instabilidade econômica fez parte da vida dos brasileiros ao longo de anos ocasionando um total despreparo financeiro no país.

Ocorre que a variabilidade da moeda acarretou o aumento da inflação e as pessoas encontraram-se temerosas com a perda da capacidade de compra e se viram praticamente obrigadas a realizarem compras antecipadas, aumentando o consumo cada dia mais.

Nessa perspectiva, Savoia, Saito e Santana (2007) corroboram com o pensamento ao afirmarem que “em um processo inflacionário, o curtoprazismo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio”. Desse modo, o consumo era priorizado, ao passo que poupar tornava-se uma prática inviável para a maioria das pessoas.

Observa-se, pois, que esse cenário da economia brasileira condicionava as pessoas a um descontrole em suas finanças tornando-as incapazes de executar um planejamento financeiro. Com efeito, “numa economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados frágeis e desanimadores” (D'AQUINO, 2008, p. 9).

Nesse contexto, torna-se evidente que uma das heranças do período inflacionário é a ausência de uma educação financeira sólida, enquanto o excesso

de consumo, a falta de planejamento e o descontrole financeiro, certamente, tornaram-se hábitos fundamentados.

Cessados os anos de instabilidade econômica, o Brasil passou por diversas mudanças as quais influenciaram diretamente na educação financeira dos brasileiros. O fato é que, a estabilidade inflacionária aliada ao crescimento econômico incitou uma grande reflexão acerca da maneira de lidar com o dinheiro (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

De acordo com Saito, Savoia e Petroni (2006), a estabilidade econômica, somada à introdução da economia no cenário mundial e as mudanças no sistema previdenciário marcaram o cenário brasileiro emergindo um novo comportamento financeiro nos indivíduos e em suas famílias. Dessa forma, a economia e o mercado financeiro cresceram concomitantemente e a educação financeira tornou-se imprescindível.

Trata-se de um contexto no qual é necessário ter um domínio em um conjunto de informações de forma que capacite à compreensão e interpretação de números. Nesse mesmo horizonte, segundo Claudino, Nunes e Silva (2009, p. 2), a educação financeira destaca-se como a ferramenta que proporciona “a inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais”.

Finalmente, é importante destacar que é necessário que os indivíduos se preparem para eventuais crises econômicas que venham a acontecer e, nessas circunstâncias, continuem financeiramente educados para que não venham a perder o controle das finanças que fora conquistado.

2.2.2 A Educação Financeira segundo o Ordenamento Jurídico Brasileiro

O Governo é um agente deficitário e a poupança mantida pelas famílias representa uma considerável fonte de financiamento para os setores da economia. Portanto, os indivíduos financeiramente educados são importantes para o desenvolvimento do país (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Nessa perspectiva, além de disponibilizar a educação às pessoas como dever do Estado, é interesse do Governo criar formas de melhorias, sobretudo acerca da educação financeira que lhe oferece benefícios aditivos.

Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal, em seu Artigo 205, assegura a educação como direito fundamental a todos, compartilhado entre Estado, família e sociedade, ao declarar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesses termos, a educação é um direito garantido na Constituição Federal, cabendo ao Estado executar o seu papel de provedor, bem como de promover a sua melhoria.

Para atender a tais finalidades, o Estado oferece ensino gratuito em escolas públicas e universidades federais, compreendendo a educação básica e o ensino superior. Ademais, o sistema de ensino brasileiro conta com instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Com base na Constituição, a Lei de Diretrizes e Base Nacional (LDB) regulamenta o sistema educacional público e privado, buscando, a um só tempo, estabelecer uma base nacional comum na educação do país, sem deixar de abordar assuntos diversificados de maneira que absorva também as necessidades específicas da sociedade e dos educandos (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC) corrobora com o entendimento ao destacar que as disciplinas convencionais como língua portuguesa, matemática, ciências, geografia e história são necessárias, mas não suficientes (BRASIL, 1998). Por conseguinte, foram criados os temas transversais “para que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêm confrontados no seu dia-a-dia” (BRASIL, 1998, p. 65).

No que se refere aos temas transversais, o MEC apresenta a sua definição como sendo:

Temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existentes (BRASIL, 1998).

Nesse conjunto, a educação financeira apresenta-se como um dos temas e passa a fazer parte dos assuntos abordados de forma transversal em sala de aula com o propósito de transformar os alunos em cidadãos conscientes acerca das

finanças, capazes de tomarem decisões corretas em situações do dia-a-dia e realizarem planejamentos para o futuro.

Além dos instrumentos já expostos, o ordenamento jurídico brasileiro conta com outros elementos que tratam da educação e da ação do Estado na busca pela sua melhoria. Agora, em se tratando de assegurar o ensino da educação financeira nas escolas, destaca-se o programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) conforme se passa a discutir.

No ano de 2010, a relação entre a educação financeira e o estudante tornou-se mais restrita com o Decreto nº 7.397/10, ao determinar em seu Artigo 1º que:

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

Nesses termos, ao se trabalhar a educação financeira na vida escolar, contribui-se com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para o exercício da cidadania.

Para definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, conforme disposto no Decreto nº 7.397, foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). O CONEF é composto por representantes de órgãos públicos e privados, a saber: um representante do Ministério da Educação (MEC), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Ministério da Fazenda (MF), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Conselho Nacional de Educação (CNE), e do Ministério da Justiça (MJ) (BRASIL, 2010).

Com a ENEF, a educação financeira passa a ser uma política de Estado, de caráter permanente, envolvendo instituições, públicas e privadas, de âmbito federal, estadual e municipal.

É forçoso, contudo, destacar que, não obstante a ENEF instituir o desenvolvimento da educação financeira, resultando num nível maior de qualidade de vida, ainda não se tem clareza sobre como promover de forma eficaz a educação financeira (SILVA, 2011). Nesse sentido, a ENEF representa um avanço, entretanto, a ausência da educação financeira nas escolas ainda não pode ser considerada um problema solucionado.

Por outro lado, é importante destacar também um novo avanço obtido por meio da homologação da BNCC, já prevista na Constituição e na LDB, que torna a educação financeira obrigatória nas escolas (BNCC, 2017).

Por fim, torna-se necessário considerar que a educação financeira ainda não se encontra efetivamente implantada nas escolas, todavia, há que se reconhecer o progresso respaldado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

2.2.3 A Educação Financeira no Cenário Brasileiro Atual

Após a estabilidade econômica que se deu em meados da década de 1990, o brasileiro deparou-se com a necessidade de adaptação nesse novo cenário e passou a fazer mudanças na forma de gerenciar as finanças (VERDINELLI; LIZOTE, 2014). Nesse contexto, destaca-se a educação financeira como o meio de auxílio na gestão do dinheiro, e, por conseguinte, ganhou espaço na vida dos indivíduos e em suas famílias.

Complementarmente, tendo em vista os benefícios alcançados com esse novo comportamento financeiro no âmbito familiar, a educação financeira, que anteriormente referia-se a um simples hábito pessoal, passou a ser considerada um tema escolar relevante que atualmente é propagado por órgãos públicos e privados, tomando proporções ainda maiores.

Por outro lado, Saito, Savoia e Petroni (2006) explanaram em seu estudo que a Educação Financeira no Brasil ainda se encontra em um estágio incipiente e merece maior atenção por parte das autoridades governamentais e instituições financeiras.

De forma mais objetiva, Correia, Lucena e Gadelha (2015) esclarecem que existem escolas que atuam no ensino de educação financeira, abordando o assunto de forma transversal, todavia, ainda existem aquelas que não abordam a temática sob nenhuma forma. Desse modo, resta claro que não existe inserção efetiva nas grades curriculares e, portanto, a educação financeira ainda ocupa uma fraca participação no âmbito escolar.

É preciso, contudo, destacar o avanço alcançado mediante a homologação da terceira versão da BNCC, pelo MEC, que torna obrigatória a abordagem da Educação Financeira no ensino básico, compreendendo o ensino infantil e fundamental. O documento foi elaborado com base em instrumentos jurídicos, como

a LDB e a própria CF/88, que já dispunham do assunto e serviram como norteadores (BNCC, 2017).

No que concerne aos indivíduos e suas famílias, estudos revelam que a educação financeira ainda encontra-se longe da realidade de muitos brasileiros. De acordo com um relatório divulgado pela OCDE (2016), o nível de letramento financeiro é baixo no mundo inteiro e o Brasil encontra-se 1,2 pontos percentuais abaixo da média mundial.

A pesquisa intitulada “OECD/INFE Pesquisa Internacional de Competências Adultas de Alfabetização Financeira” foi realizada em 2016 e contou com a participação de trinta países, participantes e não participantes da OCDE. Segundo a OCDE (2016), os entrevistados tinham idades entre 18 e 79 anos e responderam a questões relacionadas a conhecimento financeiro, comportamento e atitudes.

Na abordagem acerca do conhecimento financeiro, 65% acertaram questões de valor do dinheiro no tempo, 78% de juros pagos sobre empréstimos, 50% de cálculo de juros mais principal, 18% de juros simples e compostos, 58% de definição de Inflação, entre outras. O Brasil obteve um percentual de menos de 50% em conhecimento financeiro, ficando abaixo da média dos países que contabilizou 56% (OCDE, 2016). Nessas condições, o Brasil encontra-se com um baixo nível de letramento financeiro.

No que se refere ao comportamento financeiro, 80% dos brasileiros disseram ser responsáveis por decisões em casa, individual ou conjuntamente, mas apenas 36% afirmaram ter um orçamento familiar. A média dos países foi calculada em 54% nessa situação e 88% naquela (OCDE, 2016). Dessa forma, pode-se observar que, não obstante a estarem na condição de responsáveis pelas decisões em seus lares, poucos brasileiros têm o hábito de elaborar orçamentos domésticos.

Ainda acerca do comportamento financeiro, no quesito fazer face às despesas, aproximadamente 40% dos brasileiros afirmaram que nem sempre a sua renda cobriu os custos de vida, enquanto menos de 20% disseram conseguir pagar as suas contas (OCDE, 2016). Nesse sentido, entende-se que os brasileiros consomem além do que deveriam e vivem em um descontrole financeiro.

Em relação às atitudes financeiras, aproximadamente 40% dos brasileiros disseram pensar no futuro, mais de 50% afirmaram que não sentem satisfação em gastar tudo a curto prazo e 25% disseram não concordar que se o dinheiro está

disponível é para ser gasto (OCDE, 2016). Nesse cenário, os brasileiros parecem estar cientes da necessidade de poupar e planejar para o futuro.

Finalmente, após o levantamento dos resultados sobre os três aspectos analisados no Brasil, a OCDE (2016) calculou um percentual inferior a 5% em conhecimento financeiro, aproximadamente 10% no quesito comportamento e pouco mais de 10% em relação a atitudes. Com bases nessas premissas, a OCDE calculou a média e divulgou que o Brasil alcançou um percentual de apenas 12,1%, enquanto a média mundial obteve 13,3 pontos percentuais.

Nesse horizonte, entende-se que, não obstante a cultura de controle e planejamento nas finanças ter despertado a sociedade brasileira, envolvendo indivíduos de todas as classes e órgãos nacionais de diversas esferas, o Brasil, em termos gerais, ainda não se enquadra como um país financeiramente educado.

2.3 Projeto de Extensão da UFPB: Educação Financeira Para Toda a Vida

O projeto de extensão intitulado “Educação Financeira para Toda a Vida”, da Universidade Federal da Paraíba, foi criado no ano de 2012 pelo professor Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPB. Atualmente, o projeto conta com a colaboração de 26 (vinte e seis) alunos, dentre eles bolsistas e voluntários, sob a coordenação do fundador do projeto.

2.3.1 História do Projeto

Segundo Lucena (2012), a idealização do projeto iniciou a partir de um curso de especialização em Finanças Empresariais, no ano de 2008, por meio do qual, foi observado em diversos momentos, junto aos alunos, um grande despreparo acerca do controle de suas despesas.

Lucena (2012) revela que há anos nutriu o desejo de criar um projeto que pudesse beneficiar a sociedade de modo que exercesse influência sobre pessoas ensinando-as a administrar as suas finanças. Desse modo, o coordenador se empenhou em elaborar e conhecer trabalhos científicos na área.

Ademais, Lucena (2012) destaca que sentiu a necessidade do incentivo em seu âmbito familiar para que a sua família também fosse adepta à prática da

Educação Financeira. Nessa perspectiva, o coordenador corrobora com a ideia em destacar a importância da educação financeira no meio familiar.

Por fim, o fundador do projeto realizou pesquisas na *internet*, por meio das quais conheceu o programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), desenvolvido pelo Governo Federal e implantado nas escolas públicas, e teve acesso a diversos sítios, dissertações e artigos.

Lucena (2012) afirma que o projeto foi submetido ao Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 30 de março de 2012 e ressalta que, antes da submissão, foi obtido o aval da Coordenação e do Departamento do Curso de Ciências Contábeis.

2.3.2 Estrutura do Projeto

Inicialmente, o projeto teve o foco voltado para a educação financeira infantil, desenvolvendo atividades com crianças do 1º ano ao 5º ano, na Escola de Educação Básica (EEBAS) da Universidade Federal da Paraíba (LUCENA, 2012).

Atualmente, o projeto encontra-se dividido em 05 (cinco) grupos de trabalho, a saber: supermercados, EEBAS, redes sociais, teatro e olimpíada, em que cada um deles desenvolve trabalhos específicos e em conjunto.

Preliminarmente, destaca-se o grupo de trabalho das redes sociais o qual atua divulgando todos os trabalhos realizados no projeto. Além desta função, o grupo das redes sociais oferece informações e curiosidades sobre os mais diversos conceitos relacionados à educação financeira.

No que se refere ao grupo de trabalho dos supermercados, o projeto elaborou uma lista com 300 produtos em média, dentre os quais, produtos alimentícios, produtos de higiene pessoal e produtos de limpeza, de diversas marcas. A partir dessa lista, o projeto realiza pesquisas de preço mensais nos 29 (vinte e nove) supermercados mais populares de João Pessoa, e, em seguida, faz-se um levantamento, dentre os produtos listados e os supermercados visitados, indicando a marca mais barata de cada tipo de produto e em quais supermercados estão mais acessíveis. O projeto realiza a consolidação das listas no final de cada mês e até o 5º dia do mês subsequente o levantamento é divulgado gratuitamente para consulta por meio da *internet*.

O grupo de trabalho do EEBAS foi o primeiro apresentado, sendo o início do projeto. Quanto as suas atividades específicas, são realizadas aulas semanais de educação financeira infantil, de acordo com a faixa etária de cada ano escolar. Ao final de cada aula, as crianças participam de uma espécie de competições com perguntas relacionadas ao tema abordado no dia e os ganhadores são premiados com dinheiro fictício. No decorrer do ano, as crianças são incentivadas a guardarem esse dinheiro em um cofre e na última aula do ano o projeto realiza uma venda de lanches e as crianças efetuam o pagamento com o dinheiro fictício que pouparam durante o ano inteiro.

Em relação ao grupo de trabalho do teatro, o projeto realiza apresentações didáticas com peças roteiradas a partir de temas relacionados à Educação Financeira. Nesse horizonte, o projeto faz uso dessa ferramenta visando alcançar crianças, jovens e adultos. Assim sendo, por meio do teatro, o projeto planeja levar ensino às escolas de João Pessoa e conscientizar a nova geração à prática da educação financeira, sem deixar de incluir os adultos e despertá-los para que comece o quanto antes.

A I OPEF refere-se ao grupo de trabalho mais novo do projeto, sendo a sua primeira edição realizada em 2017. A seguir a sua descrição.

2.3.3 I Olimpíada de Educação Financeira da Paraíba - OPEF

A I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (OPEF) é também trabalho do projeto de extensão com as escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba.

Após a sua concretização, no ano de 2012, este projeto de extensão realiza diversos trabalhos interna e externamente ao meio acadêmico visando conscientizar as pessoas acerca da importância da Educação Financeira e incentivar a sua prática. O município de João Pessoa encontrava-se como maior beneficiado com o projeto, no entanto, em 2017, o trabalho foi ampliado para todo Estado da Paraíba por meio da primeira edição da OPEF.

As provas da olimpíada foram elaboradas pelos alunos do projeto, sob a supervisão do coordenador, as quais abordaram assuntos relacionados à educação financeira apresentando desde questões costumeiramente trabalhadas em sala de aula até situações vivenciadas no dia a dia de qualquer pessoa.

A olimpíada compreende todos os alunos de escolas públicas e privadas do Estado da Paraíba que tiverem interesse em participar do processo seletivo, desde o ensino fundamental ao médio, conforme publicado em seu edital demonstrado na tabela a seguir:

Quadro 1 – Edital da I OPEF nº 02/2017

Disposições	Orientações
Do número de vagas	Todos os alunos regularmente matriculados e que estiverem de acordo com o nível que pretendem concorrer podem se inscrever no processo seletivo.
Das inscrições	As inscrições são gratuitas: o candidato poderá se inscrever no <i>link</i> constante no endereço eletrônico do projeto: http://educacaofinanceiraprobex.blogspot.com.br e preencher uma ficha online.
Dos níveis	Nível 1: alunos do 1º ano ao 2º ano do ensino fundamental; Nível 2: alunos do 3º ano ao 5º ano do ensino fundamental; Nível 3: alunos do 6º ano ao 7º ano do ensino fundamental; Nível 4: alunos do 8º ano ao 9º ano do ensino fundamental; Nível 5: alunos do 1º ano ao 3º ano do ensino médio.
Das etapas	Fase 1: Para o nível 1 a prova contará com 10 (dez) questões. As provas dos demais níveis conterão 15 (quinze) questões. Fase 2: Para o nível 1 existirão 12 (doze) questões objetivas e 3 (três) abertas, totalizando 15 (quinze) questões. Para os demais níveis serão 20 (vinte) questões objetivas e 5 (cinco) questões abertas, totalizando 25 (vinte e cinco) questões. Ressalva: Apenas os alunos que acertarem 70% da primeira fase poderão participar da segunda fase, os quais serão inscritos automaticamente.
Das Premiações	Todos os alunos que realizarem a fase 2 da I OPEF receberão um certificado emitido pela UFPB; O 1º, 2º e 3º colocado de cada um dos níveis receberão medalhas de ouro, prata e bronze, respectivamente, com o acréscimo de um prêmio extra para o 1º colocado de cada um dos níveis.

Fonte: site [educacaofinanceiraprobex](http://educacaofinanceiraprobex.blogspot.com.br) (2018).

Após a elaboração das provas, a coordenação decidiu realizar uma mudança quanto ao número de questões da 2ª fase, na qual a prova do nível 1 contou com 15 questões objetivas e os demais níveis com 20 questões objetivas.

Finalmente, a olimpíada foi dividida em duas fases, de forma que as provas da primeira fase foram aplicadas em 09 de agosto de 2017, e as da segunda fase, em 09 de setembro de 2017.

É importante destacar que, de acordo com o edital da olimpíada, apenas os alunos que atingiram um mínimo de 70% de acerto nas provas da 1ª fase puderam participar da 2ª fase.

3 METODOLOGIA

Agora, o trabalho detalha a metodologia empregada na consecução da pesquisa, quanto à sua tipologia, aos procedimentos metodológicos utilizados, bem como a seleção da sua população e amostra. Ademais, acrescenta-se a descrição acerca da sua delimitação de estudo.

3.1 Tipologia de Pesquisa

Preliminarmente, é importante considerar que a presente pesquisa teve enfoque empírico, visando analisar o desempenho das crianças e dos jovens que realizaram a I OPEF e, por conseguinte, mensurar o conhecimento dos participantes com relação a conteúdos referentes à Educação Financeira.

De acordo com os objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, tendo em vista que houve a intenção de proporcionar uma maior proximidade com a temática em foco, a fim de torná-la mais explícita para o aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições, buscando, a um só tempo, descrever características de determinada população ou fenômeno e identificar relações entre variáveis encontradas (GIL, 2002).

Do ponto de vista procedimental, teve como ponto de partida um levantamento bibliográfico em diversas fontes da literatura em questão, visando maior compreensão do tema. Ademais, realizou-se uma pesquisa documental, a qual tem por característica o fato de que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174)

Finalmente, no que se refere à abordagem do problema, a pesquisa se classifica como quantitativa, haja vista que as provas foram analisadas priorizando aspectos quantitativos, individual e coletivamente, com o propósito de levantar dados pertinentes para a obtenção dos resultados e alcance dos objetivos.

A pesquisa está dividida em três blocos: no bloco I apresenta-se o levantamento do perfil do aluno; no bloco II verifica-se o desempenho, de acordo com a participação nas fases, de grupos identificados a partir do levantamento realizado no bloco I; e, no bloco III realiza-se um levantamento mais específico,

apresentando o desempenho dos alunos de acordo com cada nível e o avaliando o conhecimento deles acerca dos temas associados a temática.

É forçoso esclarecer que, a olimpíada aplicou 10 (dez) tipos de provas diferenciadas por níveis e fases, com questões objetivas, as quais abordam diversos assuntos relacionados à educação financeira, a saber: produção e consumo; orçamento pessoal e familiar; planejamento; custos, despesas, receitas e lucros; conceitos de educação financeira; investimento; gastos domésticos; gastos pessoais; cartão de crédito; uso do cartão e fluxo de caixa; moedas; valor do dinheiro no tempo; e juros.

De modo mais preciso, após a alteração do número de questões no edital citado anteriormente, na 1ª fase da olimpíada, o número de questões está distribuído da seguinte forma: a prova do nível 1 é composta por 10 (dez) questões, enquanto as dos níveis 2, 3, 4 e 5 contêm 15 (quinze) questões. Na 2ª fase da olimpíada, o número de questões está distribuído da seguinte forma: a prova do nível 1 é composta por 15 (quinze) questões, enquanto as dos demais níveis contêm 20 (vinte) questões.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Para execução da pesquisa, preliminarmente, foi realizado um levantamento bibliográfico mediante análises, interpretações e discussões relativas a livros, artigos científicos, eventos técnico-científicos, legislações, teses e dissertações.

Complementarmente, realizou-se uma pesquisa documental acerca da I OPEF, para identificar as nuances das provas e dos participantes, bem como do evento em sua totalidade, e selecionar os aspectos mais pertinentes à pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma coleta documental em que foram analisadas todas as provas da I OPEF. No que se refere à classificação, trata-se de uma coleta de dados estruturada e disfarçada. Ademais, acrescentam-se os dados obtidos empiricamente.

3.3 População e Amostra

A população pesquisada consiste em crianças e jovens regularmente matriculados em escolas públicas ou privadas localizadas no Estado da Paraíba que realizaram as provas da I OPEF.

Os alunos que participaram da olimpíada realizaram as provas de forma não arbitrária, salvo as provas da 2ª fase que foram realizadas somente por aqueles que atingiram um mínimo de 70% de acerto nas provas da 1ª fase.

Trata-se de uma amostra probabilística, selecionada por conveniência, devido à participação no projeto de extensão “Educação Financeira Para Toda a Vida” e na I OPEF e concedido acesso às provas da olimpíada. Ademais, a amostra total compreende 1.544 estudantes paraibanos do nível fundamental e médio.

3.4 Delimitação do Estudo

Para realização deste estudo, utilizou-se como instrumento de análise uma pesquisa documental compreendendo estudantes de escolas públicas e privadas, localizadas no Estado da Paraíba.

Destaca-se como limitações do Estudo, a dificuldade de acesso a todos os estudantes do estado da Paraíba, haja vista o grande número de escolas de ambas as redes de ensino. Em fase a esta realidade, a pesquisa foi realizada com base na I OPEF, limitando-se, assim, aos estudantes que realizaram as provas da olimpíada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante análise descritiva, apresentam-se os resultados obtidos com base nos segmentos levantados acerca dos alunos que realizaram a I OPEF. Assim como a pesquisa, a análise está dividida em três blocos.

Inicialmente, a análise refere-se ao primeiro bloco no qual são destacados aspectos referentes ao perfil dos alunos, a saber: gênero, faixa etária, localização geográfica e rede de ensino.

É preciso, contudo, preliminarmente, estabelecer um parâmetro com relação à faixa etária, tendo em vista que não houve um levantamento direto e individual acerca da idade dos alunos. Dessa forma, considera-se aqui a disposição do edital da olimpíada acerca dos níveis das provas em relação à série escolar.

Por conseguinte, é oportuno memorar que as provas da olimpíada são divididas em 5 (cinco) níveis, sendo: o nível 1 compreende os alunos do 1º ao 2º ano do ensino fundamental; o nível 2, alunos do 3º ano ao 5º ano do ensino fundamental; o nível 3, alunos do 6º ano ao 7º ano do ensino fundamental; o nível 4, alunos do 8º ano ao 9º ano do ensino fundamental; e o nível 5, alunos do 1º ano ao 3º ano do ensino médio.

Tem-se, portanto, como referência o ordenamento da LDB, no Inciso I de seu Artigo 4º, segundo o qual a educação básica, formada pelo ensino infantil, fundamental e médio, compreende alunos dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, em que a primeira etapa deve ser concluída até os 5 (cinco) anos de idade (Brasil, 1996).

Dessa forma, a partir dos resultados apresentados na tabela 1, pode-se observar que, quanto ao gênero, 50,4% dos alunos são do sexo feminino e 49,6% do sexo masculino, totalizando 778 mulheres e 766 homens. De um modo geral, constatou-se que houve uma variação de apenas 0,8% entre os gêneros.

No que se refere à faixa etária, 11,7% possuem entre 6 a 7 anos de idade, 45,5% possuem entre 8 a 10 anos, 21% dos alunos possuem entre 11 a 12 anos, 18,1% possuem entre 13 a 14 anos, e apenas 3,6% possuem entre 15 a 17 anos. De forma genérica, a maioria dos alunos concentrou-se numa faixa etária de 8 a 10 anos, alcançando um percentual de 45,5% do total de alunos que participaram da olimpíada. A minoria, por sua vez, concentrou-se na faixa etária dos mais experientes, com um percentual de apenas 3,6% do total de participantes.

Com relação à localização, a maioria dos alunos são da cidade de João Pessoa, com um percentual de 89,4% de participação, enquanto a cidade de Paulista apresentou um percentual de apenas 10,6%, totalizando 1.380 alunos de João Pessoa e 164 de Paulista.

No que tange à rede de ensino, 51,7% dos alunos estudam em rede privada e 48,3% em rede pública, totalizando 799 alunos de escolas privadas e 745 de escolas públicas. De um modo geral, constatou-se que houve uma pequena variação de 3,4% entre as redes de ensino.

Assim sendo, a tabela 1 apresenta os resultados obtidos em relação ao perfil dos alunos que realizaram a I OPEF.

Tabela 1 – Perfil dos alunos que realizaram a I OPEF

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual (%)
Gênero	Feminino	778	50,4%
	Masculino	766	49,6%
Faixa Etária	De 6 a 7 anos	181	11,7%
	De 8 a 10 anos	703	45,5%
	De 11 a 12 anos	324	21%
	De 13 a 14 anos	280	18,1%
	De 15 a 17 anos	56	3,6%
Cidade	João Pessoa	1.380	89,4%
	Paulista	164	10,6%
Ensino	Privada	799	51,7%
	Pública	745	48,3%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Concluído o primeiro bloco, a análise agora destina-se ao segundo bloco no qual apresentam-se dados que detectam o desempenho de acordo com a participação nas fases, tendo em vista o critério mínimo de acertos para realizar a segunda fase.

Do total da amostra, 181 alunos possuem entre 6 a 7 anos de idade, 703 alunos possuem entre 8 a 10 anos de idade, 324 alunos possuem entre 11 a 12 anos de idade, 280 alunos possuem entre 13 a 14 anos de idade, e 56 alunos possuem entre 15 a 17 anos de idade. Quanto à participação geral, a maioria dos alunos concentrou-se numa faixa etária de 8 a 10 anos, a minoria, por sua vez, concentrou-se na faixa etária de 15 a 17 anos.

Quanto à participação por fase, destaca-se a faixa entre 6 a 7 com maior percentual na segunda fase, e, portanto, melhor desempenho na primeira fase,

enquanto os alunos entre 13 e 14 anos obtiveram o menor percentual em participação na segunda fase, e, portanto, pior desempenho na primeira fase.

Assim sendo, a tabela 2 apresenta os resultados obtidos em relação à participação dos alunos por fase de acordo com a faixa etária.

Tabela 2 – Relação participação por faixa etária e fase

Idade	Total	1ª Fase	Percentual (%)	2ª Fase	Percentual (%)
De 6 a 7 anos	181	134	74,0%	47	26,0%
De 8 a 10 anos	703	537	76,4%	166	23,6%
De 11 a 12 anos	324	292	90,1%	32	9,9%
De 13 a 14 anos	280	259	92,5%	21	7,5%
De 15 a 17 anos	56	43	76,8%	13	23,2%
Total Geral	1.544	1.265	81,9%	279	18,1%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com os resultados apresentados na tabela 3, verifica-se que houve uma pequena variação na participação da segunda fase entre os gêneros, com um percentual de 0,1% considerado irrelevante, todavia, sabe-se que o gênero feminino conta com uma maioria de 0,8 pontos percentuais em sua participação na primeira fase.

Portanto, não há que se considerar diferença discrepante na participação entre os gêneros, fazendo-se apenas uma ressalva acerca dos dados observados.

Quanto ao desempenho na primeira fase, observa-se que os homens obtiveram os melhores resultados, tendo em vista que apesar das mulheres contarem com a maioria no tocante a sua participação na olimpíada, verifica-se que a diferença entre os gêneros na segunda fase é de apenas 1 ponto.

Dessa forma, apesar de se tratarem de números considerados irrelevantes, é possível observar que os homens conquistaram os melhores resultados e as mulheres obtiveram o pior desempenho.

Assim sendo, a tabela 3 apresenta os resultados obtidos em relação à participação dos alunos por fase de acordo com o gênero.

Tabela 3 – Relação participação por gênero e fase

Gênero	Total	1ª Fase	Percentual (%)	2ª Fase	Percentual (%)
Feminino	778	638	82,0%	140	18,0%
Masculino	766	627	81,9%	139	18,1%
Total Geral	1.544	1.265	81,9%	279	18,1%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 4, observa-se que aproximadamente 90% dos alunos de escolas públicas não conseguiram passar para a segunda fase, enquanto os alunos de escola privada obtiveram um percentual de 74,7% de reprovação na primeira fase.

Dessa forma, os alunos da rede privada alcançaram um maior percentual de participação na segunda fase, e, portanto, obtiveram um melhor desempenho que os alunos da rede pública na primeira fase.

Assim sendo, a tabela 4 apresenta os resultados obtidos em relação à participação dos alunos por fase de acordo de acordo com a rede de ensino.

Tabela 4 – Relação participação por ensino e fase

Ensino	Total	1ª Fase	Percentual (%)	2ª Fase	Percentual (%)
Privado	799	597	74,7%	202	25,3%
Público	745	668	89,7%	77	10,3%
Total Geral	1.544	1.265	81,9%	279	18,1%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Finalmente, a análise agora destina-se ao terceiro e último bloco no qual apresenta dados mais específicos como o desempenho dos alunos em cada um dos níveis, o conhecimento dos alunos acerca dos assuntos relacionados à temática e possíveis diferenças entre os alunos de escolas públicas e privadas.

As dez tabelas seguintes (5 a 14) referem-se aos resultados obtidos acerca do desempenho dos alunos de acordo com cada nível da olimpíada na 1ª fase e, posteriormente, na 2ª fase.

De acordo com os resultados apresentados na tabela 5, verifica-se que os alunos que realizaram a prova do nível 1, na primeira fase, obtiveram um bom resultado com percentuais de acertos maiores que de erros em todas as questões,

com destaque para as questões que abordaram os temas “gastos pessoais” e “moedas”, nas quais observou-se aproximadamente 90% de acertos.

De modo geral, os alunos obtiveram um média de 66,6% de acertos e 33,4% de erros, alcançando, assim, um bom resultado para o nível 1.

Tabela 5 – Desempenho dos alunos no nível 1 da 1ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Moedas	134	97	72,4%	37	27,6%
Questão 2	Planejamento	134	71	53,0%	63	47,0%
Questão 3	Moedas	134	79	59,0%	55	41,0%
Questão 4	Moedas	134	120	89,6%	14	10,4%
Questão 5	Orçamento Pessoal e Familiar	134	104	77,6%	30	22,4%
Questão 6	Orçamento Pessoal e Familiar	134	100	74,6%	34	25,4%
Questão 7	Orçamento Pessoal e Familiar	134	75	56,0%	59	44,0%
Questão 8	Planejamento	134	81	60,4%	53	39,6%
Questão 9	Gastos Pessoais	134	115	85,8%	19	14,2%
Questão 10	Gastos Pessoais	134	50	37,3%	84	62,7%
Média do Nível		134	89,2	66,6%	44,8	33,4%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A partir dos resultados apresentados na tabela 6 (pág. seguinte), observou-se que os alunos que realizaram a prova do nível 2, na primeira fase, obtiveram um bom resultado, entretanto, destaca-se algumas variações de resultados entre as questões.

Por exemplo, em algumas questões que abordaram temas como “Planejamento”, “Fluxo de Caixa” e “Moedas”, os alunos chegaram a alcançar aproximadamente 80% de acertos, enquanto na de “Gastos Domésticos” o percentual de erros ultrapassou os 70%.

Assim sendo, apesar da ocorrência de variações de resultados entre as questões, os alunos obtiveram uma média de 57,7% de acertos e 42,2% de erros, o que ainda pode ser considerado um bom resultado quanto ao nível 2.

Tabela 6 – Desempenho dos alunos no nível 2 da 1ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Gastos Pessoais	537	328	61,1%	209	38,9%
Questão 2	Planejamento	537	423	78,8%	114	21,2%
Questão 3	Fluxo de Caixa	537	387	72,1%	150	27,9%
Questão 4	Custos, Despesas, Receitas e Lucros	537	289	53,8%	248	46,2%
Questão 5	Moedas	537	418	77,8%	119	22,2%
Questão 6	Planejamento	537	397	73,9%	140	26,1%
Questão 7	Planejamento	537	279	52,0%	258	48,0%
Questão 8	Gastos Pessoais	537	342	63,7%	195	36,3%
Questão 9	Planejamento	537	297	55,3%	240	44,7%
Questão 10	Planejamento	537	352	65,5%	185	34,5%
Questão 11	Gastos Domésticos	537	130	24,2%	398	74,1%
Questão 12	Fluxo de Caixa	537	231	43,0%	306	57,0%
Questão 13	Conceitos de Educação Financeira	537	261	48,6%	276	51,4%
Questão 14	Gastos Domésticos	537	203	37,8%	334	62,2%
Questão 15	Fluxo de Caixa	537	308	57,4%	229	42,6%
Média do Nível		537	309,7	57,7%	226,7	42,3%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Conforme resultados apresentados na tabela 7 (pág. seguinte), verificou-se que os alunos que realizaram a prova do nível 3, na primeira fase, não obtiveram um bom resultado, com destaque nas questões que abordaram temas como “Moedas”, “Planejamento” e “Investimento”, dentre as quais chegaram a alcançar mais de 70% de erros.

De modo geral, os alunos obtiveram um média de 39,5% de acertos e 60,5% de erros, alcançando, assim, um resultado insatisfatório para o nível 3.

Tabela 7 – Desempenho dos alunos no nível 3 da 1ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Conceitos de Educação Financeira	292	136	46,6%	156	53,4%
Questão 2	Conceitos de Educação Financeira	292	168	57,5%	124	42,5%
Questão 3	Conceitos de Educação Financeira	292	120	41,1%	172	58,9%
Questão 4	Moedas	292	71	24,3%	221	75,7%
Questão 5	Valor do Dinheiro no Tempo	292	100	34,2%	192	65,8%
Questão 6	Planejamento	292	68	23,3%	224	76,7%
Questão 7	Planejamento	292	120	41,1%	172	58,9%
Questão 8	Gastos Domésticos	292	139	47,6%	153	52,4%
Questão 9	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	292	107	36,6%	185	63,4%
Questão 10	Conceitos de Educação Financeira	292	201	68,8%	91	31,2%
Questão 11	Gastos Pessoais	292	113	38,7%	179	61,3%
Questão 12	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	292	111	38,0%	181	62,0%
Questão 13	Gastos Pessoais	292	109	37,3%	183	62,7%
Questão 14	Conceitos de Educação Financeira	292	81	27,7%	211	72,3%
Questão 15	Investimento	292	86	29,5%	206	70,5%
Média do Nível		292	115,3	39,5%	176,7	60,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com os resultados apresentados na tabela 8 (pág. seguinte), observa-se que os alunos que realizaram a prova do nível 4, na primeira fase, não obtiveram um bom resultado. Apesar de alcançarem sucesso em algumas questões específicas, com mais de 95% de acertos, destaca-se o mau desempenho em questões de temas como “Juros”, Valor do Dinheiro no Tempo” e “Conceitos de Educação Financeira”, dentre as quais chegaram a alcançar mais 80% de erros.

Assim sendo, apesar das variações nos resultados entre as questões, os alunos obtiveram uma média de 41,7% de acertos e 58,3% de erros, alcançando, assim, um resultado insatisfatório para o nível 4.

Tabela 8 – Desempenho dos alunos no nível 4 da 1ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Conceitos de Educação Financeira	259	64	24,71%	195	75,29%
Questão 2	Conceitos de Educação Financeira	259	167	64,48%	92	35,52%
Questão 3	Conceitos de Educação Financeira	259	247	95,37%	12	4,63%
Questão 4	Conceitos de Educação Financeira	259	170	65,64%	89	34,36%
Questão 5	Conceitos de Educação Financeira	259	49	18,92%	210	81,08%
Questão 6	Juros	259	72	27,80%	187	72,20%
Questão 7	Valor do Dinheiro no Tempo	259	88	33,98%	171	66,02%
Questão 8	Conceitos de Educação Financeira	259	88	33,98%	171	66,02%
Questão 9	Valor do Dinheiro no Tempo	259	45	17,37%	214	82,63%
Questão 10	Juros	259	101	39,00%	158	61,00%
Questão 11	Investimento	259	127	49,03%	132	50,97%
Questão 12	Valor do Dinheiro no Tempo	259	44	16,99%	215	83,01%
Questão 13	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	259	59	22,78%	200	77,22%
Questão 14	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	259	89	34,36%	170	65,64%
Questão 15	Conceitos de Educação Financeira	259	211	81,47%	48	18,53%
Média do Nível		259	108,1	41,7%	150,9	58,3%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A partir dos resultados apresentados na tabela 9 (pág. seguinte), verifica-se que os alunos que realizaram a prova do nível 5, na primeira fase, obtiveram um bom resultado, com destaque para variações discrepantes entre as questões que abordaram tema de “Conceitos de Educação Financeira”.

De modo geral, os alunos obtiveram um média de 62,3% de acertos e 37,5% de erros, alcançando, assim, um bom resultado para o nível 5.

Tabela 9 – Desempenho dos alunos no nível 5 da 1ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Investimento	43	7	16,3%	36	83,7%
Questão 2	Juros	43	24	55,8%	19	44,2%
Questão 3	Conceitos de Educação Financeira	43	8	18,6%	35	81,4%
Questão 4	Conceitos de Educação Financeira	43	31	72,1%	12	27,9%
Questão 5	Conceitos de Educação Financeira	43	25	58,1%	18	41,9%
Questão 6	Juros	43	39	90,7%	4	9,3%
Questão 7	Conceitos de Educação Financeira	43	40	93,0%	3	7,0%
Questão 8	Conceitos de Educação Financeira	43	39	90,7%	4	9,3%
Questão 9	Valor do Dinheiro no Tempo	43	34	79,1%	8	18,6%
Questão 10	Moedas	43	26	60,5%	17	39,5%
Questão 11	Moedas	43	36	83,7%	7	16,3%
Questão 12	Conceitos de Educação Financeira	43	0	0,0%	43	100,0%
Questão 13	Investimento	43	30	69,8%	13	30,2%
Questão 14	Conceitos de Educação Financeira	43	43	100,0%	0	0,0%
Questão 15	Valor do Dinheiro no Tempo	43	20	46,5%	23	53,5%
Média do Nível		43	26,8	62,3%	16,1	37,7%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Conforme resultados apresentados na tabela 10 (pág. seguinte), verifica-se que os alunos que realizaram a prova do nível 1, na segunda fase, obtiveram um bom resultado com variações de resultado entre as questões, com destaque para as que abordaram os temas “Orçamento Pessoal e Familiar”, com 91,5% de acertos, “Moedas”, acima de 80,0% de acertos, e “Fluxo de Caixa” com mais 80% de erros. De modo geral, os alunos obtiveram uma média de 56,5% de acertos e 43,9% de erros, o que ainda pode ser considerado um bom resultado para o nível 1.

Destaca-se que a questão 7 (sete) foi anulada pela coordenação do projeto, e, portanto, desconsiderada quanto ao levantamento dos dados.

Tabela 10 – Desempenho dos alunos no nível 1 da 2ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Orçamento Pessoal e Familiar	47	43	91,5%	4	8,5%
Questão 2	Orçamento Pessoal e Familiar	47	27	57,4%	20	42,6%
Questão 3	Orçamento Pessoal e Familiar	47	24	51,1%	23	48,9%
Questão 4	Moedas	47	38	80,9%	9	19,1%
Questão 5	Gastos Pessoais	47	19	40,4%	28	59,6%
Questão 6	Gastos Pessoais	47	26	55,3%	21	44,7%
Questão 7	Planejamento	47	x	x	x	x
Questão 8	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	47	27	57,4%	20	42,6%
Questão 9	Conceitos de Educação Financeira	47	32	68,1%	15	31,9%
Questão 10	Planejamento	47	21	44,7%	26	55,3%
Questão 11	Gastos Pessoais	47	18	38,3%	29	61,7%
Questão 12	Gastos Pessoais	47	12	25,5%	35	74,5%
Questão 13	Moedas	47	41	87,2%	6	12,8%
Questão 14	Planejamento	47	36	76,6%	14	29,8%
Questão 15	Fluxo de Caixa	47	8	17,0%	39	83,0%
Média do Nível		47	26,6	56,5%	20,6	43,5%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A partir dos resultados apresentados na tabela 11 (pág. seguinte), verifica-se que os alunos que realizaram a prova do nível 2, na segunda fase, obtiveram um bom resultado com percentuais de acertos maiores que de erros na maioria das questões, com destaque negativo para as que abordaram temas como “gastos domésticos” e “orçamento pessoal e familiar”, com 71,1% e 56%, respectivamente, de erros.

De modo geral, os alunos obtiveram um média de 63,9% de acertos e 36,1% de erros, alcançando, assim, um bom resultado para o nível 2.

Tabela 11 – Desempenho dos alunos no nível 2 da 2ª fase

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Conceitos de Educação Financeira	166	116	69,9%	50	30,1%
Questão 2	Conceitos de Educação Financeira	166	99	59,6%	67	40,4%
Questão 3	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	166	90	54,2%	76	45,8%
Questão 4	Gastos Domésticos	166	48	28,9%	118	71,1%
Questão 5	Conceitos de Educação Financeira	166	87	52,4%	79	47,6%
Questão 6	Cartão de Crédito	166	122	73,5%	44	26,5%
Questão 7	Conceitos de Educação Financeira	166	126	75,9%	40	24,1%
Questão 8	Conceitos de Educação Financeira	166	142	85,5%	24	14,5%
Questão 9	Conceitos de Educação Financeira	166	131	78,9%	35	21,1%
Questão 10	Cartão de Crédito	166	104	62,7%	62	37,3%
Questão 11	Fluxo de Caixa	166	111	66,9%	55	33,1%
Questão 12	Planejamento	166	106	63,9%	60	36,1%
Questão 13	Gastos Pessoais	166	115	69,3%	51	30,7%
Questão 14	Gastos Domésticos	166	77	46,4%	89	53,6%
Questão 15	Conceitos de Educação Financeira	166	122	73,5%	44	26,5%
Questão 16	Conceitos de Educação Financeira	166	113	68,1%	53	31,9%
Questão 17	Orçamento Pessoal e Familiar	166	73	44,0%	93	56,0%
Questão 18	Gastos Domésticos	166	110	66,3%	56	33,7%
Questão 19	Gastos Pessoais	166	102	61,4%	64	38,6%
Questão 20	Conceitos de Educação Financeira	166	127	76,5%	39	23,5%
Média do Nível		166	106,1	63,9%	60,0	36,1%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com os resultados apresentados na tabela 12, observa-se que os alunos que realizaram a prova do nível 3, na segunda fase, obtiveram um excelente resultado com percentuais de acertos maiores que de erros em todas as questões, com destaque para as questões que abordaram os temas “Planejamento” e “Conceitos de Educação Financeira”, nas quais alcançaram 100% de acertos.

De modo geral, os alunos obtiveram um média de 71,6% de acertos e 28,4% de erros, alcançando, assim, um excelente resultado para o nível 3.

Tabela 12 – Desempenho dos alunos no nível 3 da 2ª fase (continua)

Questões	Assunto Abordado	Total	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Conceitos de Educação Financeira	32	14	43,8%	18	56,3%
Questão 2	Conceitos de Educação Financeira	32	31	96,9%	1	3,1%
Questão 3	Investimento	32	21	65,6%	11	34,4%
Questão 4	Conceitos de Educação Financeira	32	20	62,5%	12	37,5%
Questão 5	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	32	20	62,5%	12	37,5%
Questão 6	Conceitos de Educação Financeira	32	27	84,4%	5	15,6%
Questão 7	Conceitos de Educação Financeira	32	31	96,9%	1	3,1%
Questão 8	Conceitos de Educação Financeira	32	17	53,1%	15	46,9%
Questão 9	Conceitos de Educação Financeira	32	27	84,4%	5	15,6%
Questão 10	Planejamento	32	32	100,0%	0	0,0%
Questão 11	Gastos Pessoais	32	29	90,6%	3	9,4%
Questão 12	Conceitos de Educação Financeira	32	24	75,0%	8	25,0%
Questão 13	Investimento	32	15	46,9%	17	53,1%
Questão 14	Valor do Dinheiro no Tempo	32	13	40,6%	19	59,4%
Questão 15	Planejamento	32	29	90,6%	3	9,4%
Questão 16	Conceitos de Educação Financeira	32	32	100,0%	0	0,0%

Tabela 12 – Desempenho dos alunos no nível 3 da 2ª fase (conclusão)

Questões	Assunto Abordado	Total	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 17	Moedas	32	22	68,8%	10	31,3%
Questão 18	Cartão de Crédito	32	29	90,6%	3	9,4%
Questão 19	Juros	32	5	15,6%	27	84,4%
Questão 20	Conceitos de Educação Financeira	32	20	62,5%	12	37,5%
Média do Nível		32	22,9	71,6%	9,1	28,4%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Conforme os resultados apresentados na tabela 13, verifica-se que os alunos que realizaram a prova do nível 4, na segunda fase, obtiveram um excelente resultado com percentuais de acertos maiores que de erros na maioria das questões, com destaque para as que abordaram os temas “Conceitos de Educação Financeira”, com 100% de acertos e 90,5% de erros em uma delas.

De modo geral, os alunos obtiveram uma média de 74,8% de acertos e 25,2% de erros, alcançando, assim, um excelente resultado para o nível 4.

Tabela 13 – Desempenho dos alunos no nível 4 da 2ª fase (continua)

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Juros	21	12	57,1%	9	42,9%
Questão 2	Conceitos de Educação Financeira	21	19	90,5%	2	9,5%
Questão 3	Valor do Dinheiro no Tempo	21	21	100,0%	0	0,0%
Questão 4	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	21	19	90,5%	2	9,5%
Questão 5	Conceitos de Educação Financeira	21	18	85,7%	3	14,3%
Questão 6	Investimento	21	16	76,2%	5	23,8%
Questão 7	Investimento	21	11	52,4%	10	47,6%
Questão 8	Juros	21	9	42,9%	12	57,1%
Questão 9	Conceitos de Educação Financeira	21	16	76,2%	5	23,8%
Questão 10	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	21	19	90,5%	2	9,5%

Tabela 13 – Desempenho dos alunos no nível 4 da 2ª fase (conclusão)

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 11	Planejamento	21	19	90,5%	2	9,5%
Questão 12	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	21	3	14,3%	18	85,7%
Questão 13	Planejamento	21	21	100,0%	0	0,0%
Questão 14	Juros	21	17	81,0%	4	19,0%
Questão 15	Orçamento Pessoal e Familiar	21	18	85,7%	3	14,3%
Questão 16	Planejamento	21	19	90,5%	2	9,5%
Questão 17	Conceitos de Educação Financeira	21	19	90,5%	2	9,5%
Questão 18	Conceitos de Educação Financeira	21	20	95,2%	1	4,8%
Questão 19	Moedas	21	16	76,2%	5	23,8%
Questão 20	Conceitos de Educação Financeira	21	2	9,5%	19	90,5%
Média do Nível		21	15,7	74,8%	5,3	25,2%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com a tabela 14, observa-se que os alunos que realizaram a prova do nível 5, na segunda fase, obtiveram um excelente resultado com percentuais de acertos maiores que de erros na maioria das questões, com destaque para as que abordaram temas como “Juros”, “Moeda”, “Custos, Despesas, Receitas e Lucro”, “Planejamento” e “Conceitos de Educação Financeira”, nas quais alcançaram um percentual de 100% de acertos.

De modo geral, os alunos obtiveram uma média de 80,8% de acertos e 19,2% de erros, alcançando, assim, um excelente resultado para o nível 5.

Tabela 14 – Desempenho dos alunos no nível 5 da 2ª fase (continua)

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 1	Investimento	13	11	84,6%	2	15,4%
Questão 2	Juros	13	12	92,3%	1	7,7%
Questão 3	Juros	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 4	Moedas	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 5	Juros	13	6	46,2%	7	53,8%

Tabela 14 – Desempenho dos alunos no nível 5 da 2ª fase (conclusão)

Questões	Assunto Abordado	Total de Alunos	Acertos	Percentual (%)	Erros	Percentual (%)
Questão 6	Custos, Despesas, Receitas e Lucro	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 7	Uso do Crédito	13	12	92,3%	1	7,7%
Questão 8	Juros	13	7	53,8%	6	46,2%
Questão 9	Planejamento	13	8	61,5%	5	38,5%
Questão 10	Orçamento Pessoal e Familiar	13	12	92,3%	1	7,7%
Questão 11	Planejamento	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 12	Conceitos de Educação Financeira	13	12	92,3%	1	7,7%
Questão 13	Conceitos de Educação Financeira	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 14	Valor do Dinheiro no Tempo	13	9	69,2%	4	30,8%
Questão 15	Valor do Dinheiro no Tempo	13	10	76,9%	3	23,1%
Questão 16	Planejamento	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 17	Investimento	13	4	30,8%	9	69,2%
Questão 18	Conceitos de Educação Financeira	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 19	Planejamento	13	13	100,0%	0	0,0%
Questão 20	Conceitos de Educação Financeira	13	3	23,1%	10	76,9%
Média do Nível		13	10,5	80,8%	2,5	19,2%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A tabela 15 apresenta os resultados obtidos com relação ao nível de conhecimento dos alunos acerca dos temas relacionados a educação financeira que foram abordados nas provas da I OPEF.

Preliminarmente, para que se pudesse chegar a uma conclusão quanto ao nível de conhecimento dos alunos foi estabelecido o seguinte critério de classificação, proposto por Alves, Silva e Bressan (2011): até 60% de acertos, os conhecimentos foram considerados baixos; de 61% a 79% foram considerados moderados, e acima de 80%, altos.

Assim sendo, com base nos resultados apresentados na tabela 15, verifica-se que os alunos apresentam baixo conhecimento em temas como “Conceitos de Educação Financeira”, “Custos, Receitas, Despesas e Lucro”, “Fluxo de Caixa”,

“Gastos Domésticos”, “Gastos Pessoais”, “Investimento”, “Juros”, “Planejamento” e “Valor do Dinheiro no Tempo”, com maior destaque para esse último. Quanto aos temas como “Cartão de Crédito”, “Moedas” e “Orçamento Pessoal e Familiar”, os alunos apresentaram um conhecimento moderado. Finalmente, os alunos apresentaram alto conhecimento apenas em “Uso do Crédito”.

Nesse cenário, observou-se que os alunos possuem baixo conhecimento na maioria dos temas abordados na olimpíada, conhecimento moderado em alguns dos temas e alto nível de conhecimento em apenas um dos temas abordados.

Tabela 15 – Conhecimento dos alunos por assunto

Assunto Abordado	Qtde de Questões	Qtde Respondida	Total de Acertos	(%)	Total de Erros	(%)
Cartão de Crédito	3	364	255	70,1%	109	29,9%
Conceitos de Educação Financeira	50	6.150	3.622	58,9%	2.528	41,1%
Custos, Despesas, Receitas e Lucro	12	1.960	846	43,2%	1.114	56,8%
Fluxo de Caixa	5	1.824	1.045	57,3%	779	42,7%
Gastos Domésticos	6	1.855	707	38,1%	1.148	61,9%
Gastos Pessoais	13	2.478	1.378	55,6%	1.100	44,4%
Investimento	10	769	328	42,7%	441	57,3%
Juros	12	751	317	42,2%	434	57,8%
Moedas	12	1.477	977	66,1%	500	33,9%
Orçamento Pessoal e Familiar	9	743	476	64,1%	267	35,9%
Planejamento	22	3.979	2.418	60,8%	1.561	39,2
Uso do Crédito	1	13	12	92,3%	1	7,7%
Valor do Dinheiro no Tempo	10	1.233	384	31,1%	849	68,9%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A tabela 16 refere-se aos resultados obtidos acerca do desempenho alunos nas questões da olimpíada, de modo geral, de acordo com a rede de ensino.

Tabela 16 – Desempenho em questões por ensino

Rede de Ensino	Qtde de Respostas	Total de Acertos	Percentual (%)	Total de Erros	Percentual (%)
Privada	12.352	7.923	64,1%	4.429	35,9%
Pública	11.251	4.848	43,1%	6.403	56,9%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

De acordo com a tabela 16, verificou-se que os alunos da rede de ensino privada obtiveram melhor resultado que os alunos da rede pública, tendo em vista que o percentual do total de acertos dos alunos de escola privada foi 64,1%, enquanto que os alunos de escola pública obtiveram apenas 43,1%. Em relação aos percentuais do total de erros, os alunos de escola privada obtiveram 35,9%, já os alunos de escola pública alcançaram 56,9%. Nesse cenário, observou-se que os alunos da rede de ensino privada obtiveram melhor resultado que os alunos da rede pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a educação financeira refere-se a um assunto em destaque no Brasil e no mundo. Diversas pesquisas confirmam a importância da educação financeira na vida dos indivíduos, sendo necessário educar-se desde a infância, com o auxílio da família e da escola, e, posteriormente, aplicá-la, diariamente, ocasionando embasamento na realização de escolhas, conscientização nas tomadas de decisões e alcance de um bem-estar financeiro.

Oportunamente, ressaltam-se os avanços alcançados no Brasil por meio de mudanças econômicas, programas e leis regulamentadoras, bem como a necessidade da sua abordagem efetiva ainda ausente na maioria das escolas do país. Nesse cenário, o Brasil encontra-se em alerta, todavia, ainda encontram-se dados que confirmam que a educação financeira ainda não é um fato concreto na vida da maior parte dos brasileiros.

A presente pesquisa buscou, essencialmente, analisar o nível de educação financeira dos alunos do Estado da Paraíba com base na I OPEF, dada a aplicação dos seus conhecimentos em assuntos relacionados à temática e, por conseguinte, seu desempenho na olimpíada. Com esse propósito, foram analisadas 1.544 provas de alunos da cidade de João Pessoa e Paulista.

Inicialmente, investigou-se acerca do perfil dos alunos que realizaram a olimpíada constatando-se que houve uma participação relevante de ambos os gêneros, com um percentual de apenas 0,8% de mulheres a mais que homens. No que se refere à faixa etária, a maioria dos participantes tinham de 8 a 10 anos, enquanto a menor refere-se a alunos entre 15 e 17 anos. Ademais, destaca-se que a maioria dos participantes estuda em escolas de rede privada na cidade de João Pessoa.

Em relação ao desempenho dos alunos segundo à participação nas fases da olimpíada, de acordo com a faixa etária, observou-se que os alunos com idade entre 6 e 7 obtiveram a maior participação e os alunos com idade entre 13 e 14 anos a menor participação na segunda fase. Por conseguinte, é possível afirmar que os alunos de menos idade obtiveram melhor desempenho que os mais velhos, na primeira fase. Quanto ao desempenho segundo à participação por gênero na segunda fase, houve uma variação de apenas 0,1 pontos percentuais, e, portanto, trata-se de uma diferença insignificante. Por outro lado, o desempenho segundo a

participação dos alunos de rede privada destacou-se como superior ao dos alunos de rede pública.

Nesse cenário, é possível presumir que atualmente as crianças podem estar mais envolvidas com educação financeira que há alguns anos atrás, haja vista as extremidades em maioria e minoria de interesse em participação na olimpíada tratam-se de crianças e de veteranos, respectivamente. Ademais, presume-se que ambos os gêneros são interessados, todavia, as pessoas com melhor qualidade de vida financeira demonstram mais interesse pelo assunto.

No que se refere ao desempenho dos alunos em cada nível, observou-se variâncias entre insatisfatório e bom, resultando em uma média de 61,5%, de acertos, o que pode ser considerado como bom. Destaca-se resultados excessivamente positivos e negativos em alguns temas específicos, como “Planejamento”, “Investimento”, “Gastos Domésticos”, “Fluxo de Caixa”, “Moedas”, “Valor do Dinheiro no Tempo”, “Juros” e “Conceitos de Educação Financeira”. Nesse sentido, compreende-se que alguns alunos possuem deficiência em conteúdos básico escolar e outros se destacam, ao passo que, alguns possuem conhecimento em temas abordados por meio de experiências diárias e outros se encontram carentes desse aprendizado.

Em relação às diferenças entre os alunos de escolas públicas e privadas, observou-se que os alunos de rede privada alcançaram percentuais superiores em acertos de questões, enquanto que os alunos de rede pública obtiveram um percentual maior em erros e, por conseguinte, verificou-se uma discrepância relevante entre os resultados obtidos.

Assim como no quesito em comparação do desempenho segundo a participação entre as redes, esse fato também pode estar diretamente relacionado à qualidade de vida financeira dos alunos, todavia, é oportuno memorar que a educação financeira se faz necessária para todas as pessoas, independentemente do valor de suas finanças. Entretanto, a maior causa ainda refere-se a grande diferença em relação ao nível do ensino entre as escolas públicas e privadas.

Ademais, a pesquisa realizou um levantamento do conhecimento dos alunos acerca dos temas relacionados à educação financeira, os quais foram abordados em prova. Nessa perspectiva, verificou-se que, apesar de obterem percentuais positivos em alguns temas, de forma geral, os alunos possuem um baixo nível de conhecimentos acerca de assuntos associados à educação financeira.

Com base nas análises e resultados do presente trabalho, apesar de alguns pontos positivos serem identificados em determinados grupos específicos, conclui-se que o nível de educação financeira dos alunos que realizaram a prova da I OPEF é considerado baixo e, portanto, assim como a maioria dos brasileiros, os alunos do Estado da Paraíba ainda possuem o nível baixo em educação financeira.

É importante esclarecer que as variações encontradas entre grupos específicos, gerando resultados positivos e negativos quando analisados sob aspectos diferentes, demonstram a existência de poucos alunos com educação financeira, enquanto a maioria encontra-se totalmente afastado da temática.

Com efeito, além do risco de tornarem-se cidadãos financeiramente inconscientes, há uma expectativa de que os leigos alunos de hoje tornar-se-ão as famílias com despreparo financeiro do futuro e, presumivelmente, educarão os seus filhos da mesma forma que foram educados. Torna-se, portanto, evidente a importância da Educação Financeira e a necessidade de que o processo seja iniciado o mais cedo possível.

De pronto, considerando o cenário de evolução em que o país se encontra, a respeito da educação financeira, sugere-se pesquisas mais aprofundadas entre as variáveis analisadas, bem como pesquisa relacionadas ao nível de conhecimento de alunos de outros estados para futuras comparações, de forma que venha enriquecer a área da temática e impulsionar ainda mais o seu avanço no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. A.; SILVA, S. S.; BRESSAN, A. A. Educação financeira: uma lacuna na formação discente na área de Contabilidade? In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FACC/UFRJ, 2011. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2011/paper/viewFile/384/59/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

BACEN. **Células e Moedas emitidas pelo Banco Central**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CEDMOEBR/>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Apresentação**. Dezembro, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **PCN – Parâmetros de Curriculares Nacionais**. 1998. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, DF, Senado, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Senado, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Origem do Dinheiro**. 2015. Disponível em: <<http://www.casadamoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMEAD EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAD FEA-USP. Agosto, 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. L. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 9, n.3, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/12902>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

D'AQUINO, C. de. **História do dinheiro**. Abril, 2008. Disponível em: <<http://educacaofinanceira.com.br/index.php/familias/conteudo/497>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

EDUCAÇÃO Financeira Para Toda a Vida. **Edital OPEF 2017**. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<http://security.ufpb.br/educacaofinanceira/contents/documentos/opecf/2017/edital-opecf-2017.pdf/view>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Introdutória**. Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração Contabilidade da USP. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUBINI, T. R. S.; BALBINO, J. M. S.; BESSA, L. M. Finanças Pessoais: uma pesquisa com servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal. **Revista Científica Intelletto**, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://faveni.edu.br/wp-content/uploads/2017/06/10-Finan%C3%A7as-pessoais-v2-n1-2017.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

KARSAKLIAN, E. **Comportamento do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KISTEMANN JR, M. A. Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores. In: ESCOLA DE INVERNO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 3., 2012, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria, RS: UFSM, 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/CC/CC_Kistemann_Marco.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANA; J.; LIZOTE, S. A.; ROCHA, A.; BRAND, A.; VERDINELLI, M. A. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as finanças pessoais dos alunos de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. In: **Anais do XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2011.

LUCENA, W. G. L. **Projeto de extensão: educação financeira para toda a vida – história**. Agosto, 2012. Disponível em: <<http://efufpb.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Temas Transversais (Verbetes). In: DICIONÁRIO Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001.

Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/temas-transversais/>>. Acesso em: 25 set. 2018.

MODERNELL, Á. **Como implantar educação financeira nas escolas?** 2014. Disponível em: <<http://maisativos.com.br/novosite/artigo-como-implantar-educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD/INFE International Survey of Adult Financial Literacy Competencies.** 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and Awareness.** jul. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ROCHA, R. H. **Educação Financeira em pauta.** Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SAITO, A. T.; SAVOIA J. R. F.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico – OCDE. SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 2006, São Paulo. **Administração no Contexto Internacional.** São Paulo: FEA-USP. Agosto, 2006. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

SAVOIA J.; SAITO, A.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 41, n. 6, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241016440006>>. Acesso em: 23 set. 2018.

SILVA, B. S. Educação financeira e tomada de decisão: Um estudo aplicado a acadêmicos da FECILCAM. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 6., 2011, Paraná. **Anais...** Paraná: UNESPAR, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/15.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados:** introdução à economia. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, M. E. P. **Família/escola:** a importância dessa relação no desempenho escolar. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná, 2009.

VERDINELLI, M. A; LIZOTE, S. A. Relações entre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do Curso de Ciências Contábeis. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 5., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140411013358.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.